

**Uma reforma curricular recente e a
necessidade de avançarmos ainda
mais em um pensamento diverso
e conectado com o território**

Iazana Guizzo (FAU/UFRJ, Brasil)

iazanaguizzo@fau.ufrj.br

Uma reforma curricular recente e a necessidade de avançarmos ainda mais em um pensamento diverso e conectado com o território

Resumo: Como pensar uma reforma curricular em Arquitetura e Urbanismo nos dias de hoje? Essa questão atravessa a crise atual do habitar humano sobre a Terra, que arrasta consigo outras espécies para um grande colapso global. A experiência do currículo Construir na Diferença, realizada na Universidade Santa Úrsula, uma universidade tradicional e privada no Rio de Janeiro, traz algumas questões importantes. A mudança de paradigma que busca não projetar mais para, mas com o outro, a aposta no corpo e a possibilidade de organizar um curso a partir da materialidade sem que ela fosse apartada do pensamento possibilitou situar esse ofício em um país plural, repleto de diferentes cosmologias não centrais. Além dessa experiência, o artigo coloca a necessidade da escuta de outras cosmologias ao pensarmos os territórios brasileiros, tais como as ameríndias e afro-diaspóricas, e com elas proporcionar que cada arquiteto se deixe contagiar por uma certa delicadeza de habitar o mundo, de pisar suave na Terra, de entender que a Terra está viva e que com ela podemos dialogar.

Palavras-chave: Universidade Santa Úrsula, reforma curricular em Arquitetura e Urbanismo, Território.

A recent curriculum reform and the need to advance even more in a different and connected thinking with the territory

Abstract: *How to think about a curriculum reform in Architecture and Urbanism today? This question cuts across the current crisis of human habitation on Earth, which is dragging other species into a major global collapse. The experience of the Construir na Diferença curriculum carried out at Universidade Santa Úrsula, a traditional and private university in Rio de Janeiro, raises some important questions. The paradigm shift that seeks not to design more for, but with the other, the bet on the body and the possibility of organizing a course based on materiality without separating it from thought, made it possible to place this craft in a plural country, full of different non-essential cosmologies. In addition to this experience, the article emphasizes the need to listen to other cosmologies when thinking about Brazilian territories, such as Amerindians and Afro-Diasporics. And with them, allowing each architect to be infected by a certain delicacy of inhabiting the world, of gently stepping on the Earth, of understanding that the Earth is alive and that we can dialogue with it.*

Keywords: *Universidade Santa Úrsula, curriculum reform in Architecture and Urbanism, Territory.*

1. Introdução

Refletir sobre reforma curricular é sempre muito oportuno e gratificante porque abre possibilidades para que nossas práticas mudem. Antes de ingressar na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), atuei como coordenadora e professora no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Santa Úrsula, localizada na cidade do Rio de Janeiro, onde tive a oportunidade de conduzir uma reforma curricular no curso de Arquitetura e Urbanismo. Esse tema do ensino desse ofício tem despertado meu interesse desde a graduação por isso sinto-me bastante à vontade para ponderar algumas questões sobre ele.

Antes de mais nada, convém estabelecer questionamentos sobre a história ou sobre o percurso do campo disciplinar da Arquitetura e Urbanismo no Brasil. Como e de onde ele surge e a quem tem servido historicamente? Não me refiro a casos excepcionais que se distinguem da maioria, também não gostaria de mapear as origens na Engenharia ou nas Belas Artes de algumas escolas mães. Gostaria apenas de colocar algumas perguntas: as nossas escolas de Arquitetura e Urbanismo contribuem para a construção de quais mundos? Somos preparados sob quais bases e a fim de atender qual parte da cidade? Mesmo quando atuamos diretamente na produção de habitação social, por exemplo, estamos dialogando com quais perspectivas e cosmologias? Entendo como importante a possibilidade de questionar o que estamos fazendo porque há entre nós uma tendência de proteger nosso campo de estudos, em virtude da identificação que temos com ele.

É sabido que as cidades que ajudamos a construir são hoje um grande problema e que temos um tempo curto para tentar reverter isso. Elas possuem um alto consumo de diferentes energias, grande produção de lixo, poluição e resíduos, altas taxas de violência e pobreza, entre outros. A crise ambiental anunciada com precisão pela comunidade científica há cerca de quarenta anos, chega em um momento crítico e os efeitos do aquecimento global, dos deslocamentos de biomas e desertificações, da escassez de água potável e da perda de biodiversidade serão muito severos em nossas vidas. Nós precisamos parar de consumir os recursos dessa maneira e o construbusiness, do qual fazemos parte, consome a escandalosa quantia de metade dos recursos da Terra.

Considerando, por outro lado, a diversidade de matrizes que formam a população brasileira, além dos cientistas, os pajés e as mães de santo também têm denunciado um cenário catastrófico. Com vidas cada vez mais corridas e possibilidades de futuro cada vez mais escassas, nós não costumamos nos atentar para a vida não humana e estamos longe de ter uma relação sagrada com ela. Sagrado não em um sentido religioso, mas essencial na medida em

que dependemos bruscamente de outras vidas para que tenhamos a nossa. Sem água, terra, plantas, fogo, ar simplesmente não existimos e essa noção de cuidar desse aspecto sagrado da existência — de cuidar do que nos faz viver — é muito precária em nossas cidades. Sob esse aspecto, arquitetonicamente e urbanisticamente estamos em um grande descompasso, estamos presos em certos imaginários de cidade. E se pudéssemos, apenas como um exemplo, trazer essa dimensão sagrada para o planejamento urbano brasileiro? Quais efeitos isso produziria no que estamos habituados a pensar?

Talvez possamos colaborar para a produção de imaginários capazes de criar uma certa harmonia entre os modos de viver dos seres humanos e o organismo vivo do qual essas vidas fazem parte, que é a Terra. Nas últimas gerações, tem havido uma desconexão das pessoas com a natureza e muito provavelmente as cidades operam como um instrumento importante desse fenômeno. Há, então, uma crise a ser gerida, a crise do habitar humano sobre a Terra, que arrasta consigo outras espécies para esse colapso. Há uma crise de autoextermínio ou de percepção equivocada sobre a própria vida.

Esse raciocínio que venho tentando conduzir tem o objetivo de lançar o olhar para a seguinte questão: se a Arquitetura e o Urbanismo versam sobre o morar do homem e é justamente sobre o morar do homem que a crise agora se instala, me parece importante gerar contribuições para o reposicionamento do nosso modo coletivo de habitar a Terra. Não me refiro apenas à sustentabilidade, mas às transformações das práticas cotidianas, aos imaginários de felicidade, aos sentidos que atribuímos ao que não é humano. Assim, não bastam construções com telhado verde, reuso de água pluvial, energia solar, lembranças captadoras de água ou composteiras se os nossos hábitos, se os sentidos existenciais que estabelecemos com os territórios não forem reconstruídos através de laços comunitários e alegrias. Ao que parece, é preciso uma mudança no modo humano de habitar a Terra e também no modo de desenhar e construir os espaços. É preciso buscar perspectivas mais afetivas e preocupadas com o cuidado, com a produção de vida.

O planejamento de um currículo em um curso de Arquitetura e Urbanismo hoje pode estar intrinsecamente ligado a essa questão que apontei antes: quais mundos iremos contribuir para serem construídos com esse ou aquele currículo? Por um lado, há a opção de manter uma estrutura tradicional de curso, acrescentando apenas algumas disciplinas contemporâneas, como sustentabilidade por exemplo. Defendo, por outro lado, um posicionamento mais consciente e efetivo que considere os problemas atuais de modo mais franco. O fato é que o mundo em que vivemos e, principalmente, o que está por vir não pode ser enfrentado apenas com soluções como telhado verde. Claro que eu adoro telhado verde, mas é preciso mais do que isso, bem mais.

Esse é o desafio que gostaria de lançar para todos aqui, especialmente para a Escola Superior de Desenho Industrial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ESDI-UERJ), na sua missão de preparar profissionais para o mundo que está por vir. Reconheço ser um desafio enorme, mas não insuperável. É requerido de todos nós pesquisadores, em conjunto, dirigir o olhar para essa crise do habitar que toca diretamente a Arquitetura e o Urbanismo na atualidade.

2. Relato de experiência

A partir de agora, gostaria de contar um pouco sobre a minha experiência na Universidade Santa Úrsula. Trata-se de uma instituição de ensino privada, o que favoreceu, em determinados aspectos, a tomada de decisão. Trata-se de uma escola com tradição e com um ensino atento às artes e ao urbanismo. Além disso, ela tem uma história de resistência à crise e possui personagens importantes que fizeram e fazem muita coisa acontecer como é o caso do arquiteto João Calafate.

É importante dizer, também, antes de adentrar essa experiência, que as diretrizes curriculares do Ministério da Educação (MEC) para os cursos de Arquitetura e Urbanismo são amplas, logo, com algum esforço, qualquer instituição é capaz de promover reformas curriculares significativas. O que é uma ótima notícia para quem pretende reformular de modo substancial o curso.

O início do planejamento da reforma do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Santa Úrsula se deu há cerca de seis anos. Esse dado se faz relevante por evidenciar a rapidez com que os cenários se alteram. Naquele contexto, a Arquitetura e o Urbanismo já acompanhavam uma mudança de paradigma importante: no lugar de um profissional arquiteto que projeta para o outro, se consolidava uma atitude de projeto com o outro. Trata-se da emergência de temas como a participação, os contextos regionais, o presente (e não passado ou futuro), a sustentabilidade, a transdisciplinaridade e os debates acerca dos modelos e do autoritarismo das práticas arquitetônicas e urbanísticas.

A busca da troca de uma atitude vertical para uma lateral ao projetar exige outras habilidades profissionais como conversar (não só falar), escutar (não só ouvir) ou mesmo elaborar um trabalho em conjunto com os habitantes de um território (sem que seja apenas uma consulta). É interessante notar que esse outro que estamos aqui pontuando não necessariamente é um outro humano, o que complexifica a questão. A interação com outros seres como o chão, as árvores, as montanhas, os rios, os animais pode ser considerada ao projetar de modo mais intenso que uma relação visual.

Essa outra atitude de projeto que evoca a transdisciplinaridade envolve a transformação de si na presença desse outro. Isto é, como essa presença transforma os pontos consolidados do nosso campo disciplinar? O encontro, nesse caso, não é apenas físico mas transformador do que se sabia e do que se praticava antes. Ele muda o modo de agir, provocando um deslocamento habitual nas práticas de desenhar e construir espaços. Evocar o outro é ter um corpo aberto à experiência transformadora, o que é diferente de um corpo que chega no território com a atitude de certeza, normalmente sustentada em algum modelo.

Essa visão é especialmente importante ao se considerar a diversidade inerente ao Brasil, envolvendo a extensão territorial, as condições geográficas e climáticas, as oscilações socioeconômicas, além dos fatores culturais e étnicos. Vivemos em um país extremamente diverso e os nossos currículos deveriam formar profissionais aptos a lidar com essa diversidade. É espantoso pensar que em um país como o nosso a maior parte das construções é executada de maneira muito similar, considerando como insumos indispensáveis a laje e o tijolo “seis furos”, quer para ricos, quer para pobres, do nordeste à região sul. Logo, a preocupação com a diversidade brasileira constituiu o cerne da reformulação do currículo na Universidade Santa Úrsula que foi intitulado Construir na Diferença. Essa atenção à diversidade nos parece crucial para evitarmos a reprodução de uma lógica de construir central, hegemônica e apoiada na perspectiva ocidental.

Não se deve perder de vista, no entanto, as dificuldades inerentes ao processo de refutar determinados modelos na arquitetura, priorizando antes aos modelos o próprio território. Muitos dos dispositivos, das ferramentas e — por que não dizer — das teorias e dos procedimentos atualmente disponíveis são calcados em um modelo colonial e patriarcal. Todo esse aparato metodológico é, sim, eurocêntrico em virtude da história da arquitetura, associada às elites. Apesar da sua gradativa democratização, é preciso reconhecer que as nossas bases não são ameríndias, afro-diaspóricas ou intuídas por mulheres.

Como agravante, esse modo central de pensar o campo da Arquitetura e do Urbanismo contribui de modo significativo para a crise do modo de habitar urbano (modelo central) na qual estamos inseridos, o que denota sua necessidade urgente de mudança não apenas em busca de uma equidade social mas a despeito da sobrevivência humana na Terra. A crise do Antropoceno faz com que fique mais claro que os aspectos sociais — e étnicos, no caso do Brasil — são inseparáveis das questões ambientais. É a mesma crise ou são crises gêmeas.

Precisamos nos deparar, por exemplo, com a derrubada das árvores na Amazônia para convertê-las em pisos, decks, assoalhos, forros que detalhamos em nossos projetos. Mesmo as madeiras certificadas não são confiáveis e a cada árvore tombada, que consideramos boa para a construção, são 100m² de floresta que morrem. Estas são árvores mães, rainhas da floresta, e portanto cuidam do seu entorno. Embora difícil, é imprescindível encarar a realidade de que nossas práticas podem não ser tão legais como costumamos dizer que são, isso para que possamos conduzir nossas ações em outros sentidos.

A composição do currículo na Universidade Santa Úrsula priorizou a diversidade e a transversalidade, na época ainda essas questões não foram moduladas junto ao problema do Antropoceno. Trabalhamos com a perspectiva ambiental, o que coloca o problema em termos mais brandos. Como a atitude lateral, a relação com o outro, humano ou não, e a atenção à diversidade brasileira são centrais para enfrentamento das crises climáticas, considero que já estávamos atuando nessa urgência mesmo sem nominar dessa forma.

O curso foi estruturado em três grandes eixos transversais: i) a possibilidade de construir de diferentes maneiras, ou seja, aprender a construir variadas técnicas com madeira, terra crua, blocos e não apenas com concreto e aço. ii) a intensa interação com o território, ou ainda, ter um corpo capaz de ser atravessado por esse outro; iii) o pensamento na arquitetura e no urbanismo, isto é, praticar o ofício como hipótese e aposta de mundo. Isto é, buscamos propor um saber encarnado na experiência do construir (prática), com um corpo sensível ao território e suas questões (poética) e em constante exercício do pensamento indispensável à criação (ética e política), isso apostando na diversidade brasileira.

Aprender a construir com diferentes materiais e técnicas é importante para que os futuros arquitetos de fato tenham recursos para atuar de diferentes formas. Essa foi a motivação para a idealização de ateliês vinculados a diferentes materialidades, a diferentes processos construtivos e a diferentes problemáticas. Pretendia-se escapar da ideia de uma arquitetura programática, substituindo-a pela lógica de pensar via materialidade sem que elas fossem separadas do pensamento, visto que os territórios normalmente tem suas possibilidades construtivas e suas questões locais. Assim, visando enfrentar determinadas questões a partir do estudo da materialidade junto a um problema, foram planejados os seguintes ateliês: “a terra e o problema da tradição”; “o bloco e o problema da modulação”, “a madeira e o problema do efêmero”; “o metal e o problema do universal” e “o concreto e o problema do local”. Pretendia-se desenvolver nos alunos a habilidade de se adequarem, em sua prática diária, a diferentes contextos.

Esperava-se que, futuramente, ao se deparar com um território, o profissional arquiteto tivesse a possibilidade para propor uma estrutura a partir do bambu, por exemplo, se entendesse junto ao território que esse seria o recurso mais adequado para aquele contexto. Os ateliês foram idealizados exatamente para suprir lacunas, valorizando o trabalho manual e a prática. Ao menos essa era a pretensão inicial. Questões financeiras, no entanto, inviabilizaram sua implementação completa fazendo com que a ideia do curso fosse implantada parcialmente.

Além de contemplar a diversidade e os encontros com os diferentes modos de construir, considerava-se necessário ter um corpo capaz de contagiar-se com o território. Há toda uma aposta nesse curso em reativar um corpo poético, sensível, capaz de vibrar e de ser tocado pela experiência. Fazer emergir nos estudantes esse corpo terra não é algo tão simples de se conseguir, já que cada vez mais produzem-se corpos funcionalistas, técnicos, rápidos, distanciados da poética, distanciados do encontro com diferentes perspectivas de ser e viver e impregnados de um olhar colonial que valoriza aquilo que é similar ao europeu ou norte-americano. Para o encontro com a diferença no Brasil, é preciso criar um corpo capaz de ver potência naquilo que não é o padrão. Ver potência nas nossas culturas que, muitas vezes, tem mais a nos ensinar, sobretudo nesse momento de crise, do que as importadas. Para produzir esse corpo, é preciso ter práticas poéticas contra o preconceito dentro do próprio currículo como são as aulas de expressão, os debates dos ateliês e os debates comuns a todo curso com a disciplina de Seminários Temáticos A, B e C.

Para exemplificar a lógica central, posso dizer não ser difícil a maioria das pessoas julgar uma cidade brasileira inferior a uma europeia, pelo simples fato de não estarem de acordo com os parâmetros eurocêtricos. Segundo o senso comum, os bons lugares, as boas arquiteturas, os bons pensamentos e as boas cidades são do dito primeiro mundo e, em geral, isso também integra o nosso pensamento, a nossa formação e a nossa cultura colonizada. Enquanto talvez, como universidades brasileiras, poderíamos nos perguntar: como seria uma cidade se o pensamento fundador dela fosse ameríndio?

Assim surgem algumas perguntas: como, então, formar um corpo capaz de observar o que é imaterial no território? As culturas afro-diaspóricas e ameríndias são muito mais imateriais que as centrais. Como identificar o que não é visível e a potência do intangível se não estivermos perto das práticas e das cosmovisões dessas culturas hoje marginalizadas e apartadas das universidades brasileiras. Por serem povos que nunca perderam a sua relação com a T/terra, provavelmente sejam eles os que agora podem nos ajudar no processo tão urgente de reconexão com ela. Assim, no currículo desse

curso havia um conjunto de disciplinas que priorizavam o trabalho com o corpo, disciplinas comuns aos cursos de dança, de teatro, de artes plásticas que eram diretamente ligadas à antropologia e às cosmovisões dos povos da terra que para a nossa sorte são abundantes no Brasil. Hoje temos mais de 300 povos indígenas e mais de 200 diferentes línguas em nosso território, além de milhares de núcleos de pequenas Áfricas que abundam nas periferias das metrópoles brasileiras.

Por fim, o terceiro eixo é o do pensamento. Tinha-se em mente a produção de pensamento por meio de uma série de dispositivos, entre eles aulas de Filosofia. Buscava-se, pensar e repensar os efeitos ou as consequências do projeto para o mundo. Pensar a Arquitetura enquanto facilitadora ou não de determinadas relações, buscando sempre desnaturalizar o ofício ou justamente afastá-lo ao máximo dos modelos. Tratava-se, então, de compreender a Arquitetura e o Urbanismo sob o viés relacional, político e ético.

Considero importante dizer para vocês que pensam em reformular o currículo agora que, nos últimos anos, temos nos deparado, cada vez mais, com a intensidade dos desastres ambientais e sabemos que ainda há muitos outros por vir, em mais quantidade e força. Entendo que essa premissa possa nortear uma reforma. Além disso, é importante reforçar, mais uma vez, que nos últimos anos tivemos a emergência no campo intelectual brasileiro de pensamentos relativos às mulheres, aos povos ameríndios e afro-diaspóricos. Eles estão impactando os debates teóricos e as práticas no país. Apostaria nessa chave: repensar as práticas de Arquitetura e o Urbanismo com esses que foram apartados da construção do campo a fim de conviver com as questões do Antropoceno.

Incluir essas outras cosmovisões em um currículo pode mudar tudo. Vou dar outro exemplo, um arquiteto ao se deparar com um terreno de projeto, normalmente busca medi-lo, avalia suas relações com o sol e os elementos existentes, considera as edificações do entorno. Muito provavelmente ele não consideraria uma árvore existente nesse terreno além de um ser vivo, uma possibilidade de sombra ou ainda uma legislação. Mas junto à perspectiva ameríndia, as árvores são uma conexão terra-cosmos e a terra é um ser que tem coração e respira. Assim, um arquiteto não considera que uma fundação profunda consiste em um ferimento a um ser vivo, a T/terra que é nossa mãe. Está naturalizado em nosso ofício criar platôs, mover a terra para lá e para cá sem a menor preocupação. Da mesma forma que as árvores são ignoradas enquanto conexões com a nossa possibilidade de sonhar por exemplo, já que sequer entendemos nossa vida de modo cósmico.

Proponho que cada arquiteto se deixe contagiar por uma certa delicadeza ameríndia de habitar o mundo, de pisar suave na Terra, de entender que a

Terra está viva e que com ela podemos dialogar, perguntando: “Como será que ela deseja ser habitada?”; “Será que ela concorda com minha presença naquele território?”. Certa ocasião, Fernando Minto, amigo, arquiteto que trabalha com terra crua e que agora é professor aqui dessa escola, relatou a história de um povo ameríndio do Peru que conversava com a terra antes de construir as suas casas. No início de tudo, consultavam a T/terra para confirmar se ela estava de acordo com a construção da casa naquele local. É isso.

Gostaria de afirmar que esses arquitetos existem, que esses corpos existem, que essas possibilidades de conversar com o território já existem. E essas perspectivas são totalmente desestabilizantes da nossa maneira atual de pensar Arquitetura e Urbanismo e é esse o convite: o de desestabilizar o modo que estamos fazendo porque ele está ajudando a nos levar para um suicídio coletivo que precisa ser revisto com muita urgência.

3. Considerações finais

A revisão do currículo ou qualquer outra ação que se proponha atualmente precisa passar pelo desafio de desconstruir o pensamento constituído, eurocêntrico e entranhado em nossos corpos. Retomo o que havia comentado a respeito da sustentabilidade. A sustentabilidade mantém a perspectiva eurocêntrica, busca mediar seus grandes impactos. É preciso ser mais radical e se permitir contagiar por formas de pensar conectadas com a Terra para que possamos atravessar o deserto anunciado. Essa é uma tarefa requerida do coletivo: dirigir um olhar diferente para o território, propondo novas ferramentas e novos métodos.

Finalizo mencionando Lina Bo Bardi e uma frase clássica dela que se tornou um mantra para mim há muitos anos: “a arquitetura é um meio de alcançar certos resultados coletivos”. A arquitetura precisa, cada vez mais, ser compreendida como um meio e não como um fim. Estar junto e alcançar determinados ganhos coletivos é muito mais importante do que um objeto. O efeito alcançado por meio de estar junto pode ser ainda mais trabalhado. Talvez a nossa tarefa daqui para frente seja muito mais desconstruir cidades do que construí-las, como escreveu Cançado. Isso porque precisaremos de área verde e de produção alimentícia dentro da cidade, de roças urbanas.

Sintetizando, as questões que procurei abordar envolvem construir com o outro, em que o outro pode ser, inclusive, esse organismo vivo que é a Terra, do qual fazemos parte e que, na perspectiva Yanomami, tem coração e respira. Não podemos continuar maltratando a nossa Mãe com o nosso modo de habitar, mesmo que para isso tenhamos que abrir mão de tanto conforto e privilégio. É preciso reconfigurar nossos métodos para sermos mais delicados, para estar junto, para respeitar a Terra, para reconhecer a

importância dos outros seres que aqui habitam e para sermos verdadeiramente felizes, o que não parece acontecer em nossas vidas hoje.

Não tenho dúvidas de que a Arquitetura e o Urbanismo sejam dispositivos adequados para isso, uma vez que eles podem contribuir para a produção de corpos humanos mais sensíveis, conectados com a Terra, e com territórios plenos de vida. No lugar de reproduzir cápsulas de isolamento, nossos apartamentos e casas urbanas, podemos produzir verdadeiros dispositivos de reconexão com a Terra, com a possibilidade de sonhar. A poética, portanto, é central.

Como referenciar

GUIZZO, Iazana. Uma reforma curricular recente e a necessidade de avançarmos ainda mais em um pensamento diverso e conectado com o território. **Arcos Design**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, pp. 7-19, ago./2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/arcosdesign>.

DOI: <https://www.doi.org/10.12957/arcosdesign.2021.69150>



A revista **Arcos Design** está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição – Não Comercial – Compartilha Igual 3.0 Não Adaptada.

Recebido em 22/06/2022 | Aceito em 03/09/2022